

Srs. acionistas, em atendimento às disposições legais e do Banco Central do Brasil, apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, dos exercícios findos em 31/12/2016 e 2015.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015
Circulante		124.249	174.433	16.870	86.073
Disponibilidades		170	129	8.157	79.198
Aplicações interfinanceiras de liquidez		19.067	50.445	8.157	79.198
Aplicações no mercado aberto	4	19.067	50.445	8.157	6.875
Operações de crédito		96.871	111.385	11.111	808
Setor privado	6.a.	131.994	183.256	11.111	5.412
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f.	(35.123)	(71.871)	-	-
Outros créditos		8.141	12.474	169	4.782
Rendas a receber		581	262	-	-
Crédito tributário	7	5.690	10.400	5.978	4.782
Diversos		1.870	1.812	-	-
Realizável a longo prazo		1.498	1.846	47	56
Operações de crédito		881	946	4.392	3.472
Setor privado	6.a.	886	856	1.539	1.254
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f.	(5)	(10)	-	-
Outros créditos		617	1.000	69.000	69.000
Crédito tributário	7	617	1.000	33.799	16.549
Permanente		69	65	13.138	14.102
Imobilizado de uso		43	125	-	-
Outras imobilizações de uso		246	246	-	-
(Depreciações acumuladas)		(203)	(181)	-	-
Intangível	8	26	60	-	-
Ativos intangíveis		1.265	1.265	-	-
(Amortização acumulada)		(1.239)	(1.205)	-	-
Total do ativo		125.816	176.404	125.816	176.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

Saldos em 31.12.2014	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Legal		
30.000	4.178	25.290	-	59.468
Aumento de capital	39.000	-	(39.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	34.203	34.203
Destinações:				
Reservas	-	1.710	24.371	(26.081)
Dividendos propostos (R\$0,4677 por ação)	-	-	-	(8.122)
Saldos em 31.12.2015	69.000	5.888	10.661	85.549
Lucro líquido do exercício	-	-	29.180	29.180
Dividendos distribuídos	-	-	(5.000)	(5.000)
Destinações:				
Reservas	-	1.458	20.792	(22.250)
Dividendos propostos (R\$0,6968 por ação)	-	-	-	(6.930)
Saldos em 31.12.2016	69.000	7.346	26.453	102.799
Saldos em 30.06.2016	69.000	6.422	18.275	93.697
Lucro líquido do semestre	-	-	18.494	18.494
Dividendos distribuídos	-	-	(5.000)	(5.000)
Destinações:				
Reservas	-	924	13.178	(14.102)
Dividendos propostos (R\$0,4417 por ação)	-	-	-	(4.392)
Saldos em 31.12.2016	69.000	7.346	26.453	102.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX" ou "Sociedade") tem como objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. O seu capital foi subscrito e integralizado em 25 de maio de 2005 e, em 21 de setembro do mesmo ano, a Sociedade foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, tendo iniciado suas operações em 22 de maio de 2006. As operações são conduzidas em conjunto com as Empresas do Grupo Marisa ("Marisa"), que atuam predominantemente no mercado varejista, e com quem a Sociedade compartilha a estrutura necessária para a operacionalização de suas atividades. Conseqüentemente, os resultados apresentados e a posição patrimonial poderiam ser diferentes caso essas operações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. Em 4 de dezembro de 2008 o Grupo Marisa celebrou com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., por meio de sua controlada Banco Itaú S.A. ("Itaú"), "Acordo de Associação" que descreve as premissas de um acordo operacional pelo prazo de 10 anos, que possibilita ao Itaú o direito de preferência à oferta de concessão de empréstimo pessoal aos clientes da Marisa, operação que atualmente é oferecida pela SAX. Caso o Itaú recuse a concessão do empréstimo pessoal a algum cliente, a SAX poderá atender ou não, a esses clientes, de acordo com seus critérios de análise cadastral. O referido "Acordo" garante, também, ao Itaú, o direito de preferência na aquisição de créditos existentes na carteira da SAX. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o segundo aditamento ao acordo de associação, o qual prorrogou por mais 10 anos a vigência do referido acordo. Até o momento todas as operações de empréstimo pessoal comercializadas nas Lojas Marisa são efetuadas pela SAX e conforme garantido no referido acordo, o Itaú poderá optar em oferecer esta modalidade de crédito a qualquer momento durante a vigência do referido acordo. Até 31 de dezembro de 2016, o Itaú não exerceu sua preferência de aquisição de operações atreladas ao contrato. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na legislação societária brasileira, associada às normas e instruções do BACEN e estão apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Sociedade, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda diferido ativo. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou as seguintes interpretações de atos homologados pelo BACEN: **• CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos -** homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; **• CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa -** homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; **• CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas -** homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; **• CPC 10 - Pagamento baseado em ações -** homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; **• CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro -** homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; **• CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes -** homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; **• CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes -** homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; **• CPC 33 - Benefícios a Empregados -** homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; **• Pronunciamento Conceitual Básico (RT) -** Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para emissão das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 foi concedida pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2017.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN através da Resolução nº 2.682/90 do Conselho Monetário Nacional - CMN, com agravio para alguns "ratings" calculado de acordo com o histórico de perdas. A Sociedade não efetua o reconhecimento de receitas de qualquer natureza relativa a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, sendo referida receita registrada apenas quando do efetivo recebimento. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente às renegociações. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **e. Outros ativos e passivos circulante e realizável longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata die". **f. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para hardware e 10% para instalações e móveis e utensílios. **g. Ativo intangível:** Consiste em investimentos na implementação e customização de uso de softwares que são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano. **h. Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** Estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor. A Sociedade não teve nenhum ativo sujeito a perda de valor recuperável. **i. Depósitos e captações no mercado aberto:** Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die". **j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: **•** Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sob as quais não cabem mais recursos. **•** Contingências passivas - as provisões fiscais são constituídas sempre que forem prováveis que possa haver saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similitude com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. Para os riscos trabalhistas e cíveis, as provisões são constituídas quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em consideração a opinião e os valores informados pelos assessores jurídicos, de acordo com percentual definido pela Sociedade através do

histórico de liquidação de processos de mesma natureza ocorridos nos últimos 12 meses. Caso o valor da causa seja igual ou superior a R\$ 50 (cinquenta mil reais) é analisado individualmente. **•** Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. **•** Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos, impostos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **k. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável e acrescida de 10% incidentes sobre os lucros tributários, excedentes a R\$ 240 no exercício. A contribuição social foi apurada sobre o lucro líquido tributável à alíquota de 20%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributários futuros suficientes para a compensação dessas alíquotas, veja nota explicativa nº 7. Os créditos tributários foram constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realizações dos mesmos. **l. Resultado por ação:** É apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2016	2015
Disponibilidades	170	129
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.067	50.445
Total	19.237	50.574

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações no mercado aberto, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estão compostas como segue:

	2016	2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	19.067	50.445
Letras do Tesouro Nacional	-	50.445
Total	19.067	50.445

Referem-se a aplicações em títulos públicos com compromisso de recompra pela contraparte com rendimento de 13,50% a.a. em 31 de dezembro de 2016 (14,10% em 31 de dezembro de 2015).

6. Operações de crédito: As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estão assim resumidas:

Descrição	2016	2015
Empréstimo pessoal	125.782	178.072
Empréstimo consignado	7.098	6.040
Total	132.880	184.112

b. Composição das operações por faixas de vencimento

	2016		2015	
	Valor	% sobre total	Valor	% sobre total
Parcelas a vencer				
Até 30 dias	20.483	15,42	15.965	8,67
De 31 a 60 dias	17.875	13,45	29.639	16,10
De 61 a 90 dias	13.864	10,43	16.823	9,14
De 91 a 180 dias	26.311	19,80	20.997	11,40
Acima de 180 dias	15.404	11,59	25.664	13,94
Parcelas vencidas				
Até 30 dias	7.034	5,29	10.920	5,93
De 31 a 60 dias	4.539	3,42	8.248	4,48
De 61 a 90 dias	4.031	3,03	7.910	4,30
De 91 a 120 dias	3.783	2,85	7.006	3,82
De 121 a 150 dias	3.484	2,62	7.217	3,98
De 151 a 180 dias	3.338	2,51	7.244	3,93
De 181 a 240 dias	6.154	4,63	12.806	6,96
De 241 a 300 dias	4.462	3,36	8.682	4,72
De 301 a 360 dias	2.118	1,60	3.791	2,06
Total	132.880	100,00	184.112	100,00

c. Concentração das operações

	2016	2015
Dez maiores devedores	429	416
Cinco seguintes maiores devedores	527	478
Dem seguintes maiores devedores	572	580
Cem clientes	131.352	182.638
Total	132.880	184.112

d. Composição por vencimento das parcelas

	2016		2015	
	Valor	% da carteira	Valor	% da carteira
A vencer até 3 meses (incluindo vencidos até 14 dias)	55.762	41,96	63.844	34,49
A vencer de 3 a 12 meses	40.828	30,72	44.748	24,30
A vencer de 1 a 3 anos	872	0,66	838	0,45
A vencer acima de 3 anos	14	0,01	17	0,01
Vencidos acima de 14 dias	35.404	26,64	75.025	40,75
Total	132.880	100,00	184.112	100,00

e. Composição por atividade econômica - setor privado

	2016		2015	
	Valor	% da carteira	Valor	% da carteira
Pessoas físicas	132.880	100,00	184.112	100,00
Total	132.880	100,00	184.112	100,00

f. Composição da carteira por nível de risco

Provisão	2016				2015				
	Rating	mini-ma-%	Car-teira	Mini-Adi-cional Total	Car-teira	Mini-Adi-cional Total			
A	0,5	80,647	403	403	87,674	438	-	88	
B	-	1	575	57	8.037	80	-	430	
C	-	3	5.727	172	172	7.803	234	234	
D	-	10	5.343	534	534	7.551	755	755	
E	-	30	4.986	1.496	2.613	4.109	8.338	2.500	4.371
F	-	50	4.217	2.108	1.695	3.803	8.206	4.103	3.299
G	-	70	3.762	2.634	933	3.567	7.733	5.413	1.918
H	-	100	22.483	22.483	-	48.770	48.770	-	48.770
Total			132.880	29.887	5.241	35.128	184.112	62.293	9.588

A SAX constituiu, preventivamente, provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 com base na perda histórica. Tais provisões foram concentradas exclusivamente nos níveis de classificação E, F e G, como um reforço aos percentuais mínimos requeridos para esses níveis.

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo inicial	71.881	56.332
Constituição / (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.490	83.663
Baixa de títulos incobráveis	(76.243)	(88.114)
Saldo final	35.128	71.881

h. Recuperação de créditos: Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram o montante de R\$ 12.029 (R\$ 10.704 em 2015).

7. Outros Créditos - Diversos e Crédito Tributário: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão representados por:

	2016	2015
Créditos tributários (antecipações)	6.307	11.400
Adiantamentos e antecipações salariais	5	26
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	730	891
Imposto de renda a compensar	679	597
Outros	456	298
Total	8.177	13.212

(**) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Receitas da intermediação financeira	Nota explicativa	2º semestre de 2016		2	
--------------------------------------	------------------	---------------------	--	---	--